

# A proposta de Aparecida

A proposta orçamentária do Governo do Distrito Federal, para 1989, foi encaminhada ao presidente da República em mensagem assinada pelo governador José Aparecido, na qual observa que já foram "considerados os cortes determinados pela Secretaria de Planejamento".

Acrescenta, porém: "Como do meu dever, e de acordo com a orientação de Vossa Excelência, levei ao senhor ministro do Planejamento as ponderações do GDF sobre esses cortes".

O ofício ao ministro João Batista de Abreu tem o seguinte teor:

"Ao encaminhar a Proposta Orçamentária para o exercício de 1989, já considerados os cortes determinados pela Secretaria de Planejamento, permita-me registrar o espírito de austeridade do documento, dentro dos compromissos prioritários de natureza social, e de rigorosa observância dos custos para a execução da lei de meios, de acordo com a recomendação do Presidente José Sarney".

Como escrevi na apresentação, tenho apreensões sobre as consequências dos cortes no Distrito Federal. Como sabe Vossa Excelência, nada de pessoal me move nesse episódio, até porque estou deixando o GDF. Essa circunstância, aliás, fortalece o dever moral de ponderar sobre a redução de recursos em programas de interesse vital.

Esta correspondência reafirma o cumprimento de minha responsabilidade no prazo constitucional e protege contra o risco da negligência ou de omissão.

O Governo do Distrito Federal havia solicitado para as áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública, incluindo, também, recursos para os Projetos de combate à Erosão e Despoluição do Lago Paranoá, em valores calculados, com critérios rigorosos, a quanta de C\$ 62.103.569.000,00 (sessenta e dois bilhões, cento e três milhões, quinhentos e sessenta e nove mil cruzados).

A Secretaria de Planejamento, reduzindo quase 61 bilhões de cruzados, totaliza a consignação em C\$ 1.301.900.000,00 (um bilhão, trezentos e um milhões e novecentos mil cruzados). Os cortes alcançaram o surpreendente valor de C\$ 60.801.669.000,00 (sessenta bilhões, oitocentos e um milhões e seiscentos e sessenta e nove mil cruzados). Uma contenção, portanto, de cerca de 97%. Em outras palavras, atendimento de menos de 3% das necessidades.

Na verdade a Seplan, até aqui, manteve inalteradas apenas as dotações para o custeio de "Pessoal e Encargos Sociais", inclusive no que diz respeito a possíveis suplementos no decorrer do exercício futuro, de acordo com a variação da política salarial.

Mas as outras rubricas envolvem, também, a própria qualidade de vida da população. Serão atingidas não só as obras do Lago Paranoá, o combate às erosões e os imponentes indispensáveis às escolas, como a reforma e ampliação do Hospital de Base e todos os programas de Educação e Saúde.

O mesmo destino terão os Serviços de Segurança, onde eles devem ser particularmente eficazes, uma vez que a cidade é domicílio do Presidente da República, sede dos poderes nacionais como das missões diplomáticas estrangeiras e hoje elevada à honrosa condição de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Determina o novo texto do Projeto de Constituição, em seu artigo 21, *verbis*:

"Art. 21 — Compete à União:

I — .....

II — .....

XIV — Organizar e manter a polícia federal, a polícia rodoviária e ferroviária federais, a polícia civil, a polícia militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dos Territórios" (grifos nossos).

Apesar do texto constitucional confirmar o compromisso da União, os cortes foram extremos, pois, da necessidade estimada em 31,7 bilhões, apenas 1 bilhão e 300 milhões foram concedidos.

Por outro lado, a redistribuição de rendas preconizada pela nova Constituição, não conseguirá socorrer as nossas aflições, sobretudo porque vamos perder, a partir de janeiro do próximo ano, as alíquotas do ICM do trigo importado.

Como é do conhecimento do ilustre Ministro, o governo do Distrito Federal vem custeando parte das despesas nas áreas de Educação e Saúde com recursos do SUDS e do Salário Educação. O Sistema Unificado Descentralizado de Saúde — SUDS repassou para o Distrito Federal uma série de encargos, o que o torna deficitário, impossibilitando, dessa forma, qualquer espécie de ônus a mais que se pretenda incluir em sua capacidade orçamentária.

Quanto ao Salário Educação Estadual não vislumbro hipótese de o mesmo poder vir a cobrir as necessidades de custeio de despesas na

educação, pois é total o comprometimento de seus recursos.

Creio que será desnecessário expressar a Vossa Excelência meu respeito ao esforço dessa Secretaria para o estancamento de despesas não prioritárias ou adiáveis, visando à contenção do déficit público, através do programa já denominado "operação desmonte".

As contingências críticas da situação econômica exigem de todos os brasileiros, especialmente dos que têm responsabilidades na vida pública, e no Governo do presidente José Sarney, participação sincera e efetiva no compromisso da política oficial, empenhada no projeto de equilíbrio da economia nacional.

Assim ao trazer estas apreensões, de que participam os meus companheiros do GDF, estou certo de que elas serão recebidas como colaboração à política de Vossa Excelência no Ministério do Planejamento".

## Resumo do Orçamento

O orçamento total tem o valor de 211,9 bilhões de cruzados, distribuídos da seguinte maneira:

Receita própria	114 bilhões
Transferências da União	79,6
b i l h ô e s	
Recursos vinculados (impostos sobre lubrificantes, minerais etc.)	18,3 bilhões
Total	211,9 bilhões

A Despesa se divide em:

Pessoal	155,6 bilhões
Custeio da máquina administrativa (luz, telefone, etc)	18,2
b i l h ô e s	
Capital (investimentos, obras, etc.)	2222229,3 bilhões
Reserva de contingência (recursos para cobrir eventuais aumentos na despesa com pessoal)	8,8 bilhões
Total	211,9 bilhões

O Fundo de Desenvolvimento do DF — Fundef — representa 11,42% do orçamento e deverá ser aplicado integralmente em investimentos, obras etc.

Mais de metade do orçamento, isto é, 53,12% se destina à Educação e Cultura, Saúde e Saneamento, Defesa Nacional, Segurança Pública e Assistência Social.

Por fim, acentua a Mensagem do governador José Aparecido: "Como da filosofia de meu governo, desde 1986, do conjunto das aplicações caberão às cidades satélites 66% e ao Plano Piloto 29,83%, restando como Reserva de contingência 4,17%".